

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1617834 - RS  
(2019/0337463-8)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : OI S.A**  
**ADVOGADOS : PAULA MALTZ NAHON - RS051657**  
**GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN -**  
**RS044046**  
**CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325**  
**JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775**  
**DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112**  
**AGRAVADO : GEMA MARIA BELLO**  
**ADVOGADOS : MANFREDO ERWINO MENSCH - RS021658**  
**PEDRO ALEXANDRE MENSCH - RS030214**  
**SCHIRLEY FARIAS MENSCH - RS068265**

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. NÃO CONFIGURADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. LIBERAÇÃO DE VALORES BLOQUEADOS. PREENCHIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA LIBERAÇÃO DA QUANTIA. DEPÓSITO ANTES DA DECISÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Inexistem os vícios elencados nos arts. 1.022, II, do NCPC, quais sejam, omissão, contradição ou obscuridade, sendo forçoso reconhecer que a pretensão recursal ostentava caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já havia sido analisada pelo Tribunal.

3. Recuperação Judicial Grupo BRASIL TELECOM/OI. Decisão liminar exarada no AGI nº. 0034576-58.2016.8.19.0000, TJRJ, na qual foi autorizada a expedição de alvará ou mandado de pagamento, se já houver valor depositado, antes da data anterior à decisão que deferiu a tutela de urgência (21/6/2016).

4. O TJRS consignou que inexistente iminência de atos expropriatórios (perda patrimonial), porquanto, no caso dos autos, o feito foi garantido antes de 21/6/2016. Data não impugnada pela OI. Inviável

# *Superior Tribunal de Justiça*

reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Súmula nº 7 do STJ.

5. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

6. Agravo interno não provido

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator